

8 – QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2025

DIÁRIO DO EXECUTIVO

MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO SECULT Nº 08, 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a progressão dos servidores de carreira do grupo de atividades de Cultura e Turismo do Poder Executivo, a que se refere o art. 18 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.

A SECRETARIA DE ESTADO ADJUNTA DE CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 93, §1º inc. III, da Constituição do Estado de Minas Gerais; e considerando o disposto no art. 18 da Lei nº 15.467/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira, nos termos do art.18 da Lei nº 15.468/2005 aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, conforme abaixo:

Anexo Único					
MASP	NOME	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR À PROMOÇÃO	SITUAÇÃO POSTERIOR À PROMOÇÃO	DATA DA VIGÊNCIA
1369917-8	Leonardo Xamas de Almeida	C.E - Técnico de TV	Nível II, Grau A	Nível II, Grau B	05/01/2025
1368469-1	David Sebastião Monteiro Barbosa Duarte	C.E - Técnico de TV	Nível II, Grau A	Nível II, Grau B	03/01/2025
1363559-4	Cibele Maria Penholate Durães	C.E - Analista de TV	Nível II, Grau A	Nível II, Grau B	07/01/2025
1369195-1	Jean Sérgio Gomes Oliveira	C.E - Analista de TV	Nível II, Grau A	Nível II, Grau B	01/01/2025

Art. 2 – Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas das vigências previstas no Art. 1, para regularização de situação funcional.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.
LEONIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Turismo

12 2042768 - I

RESOLUÇÃO SECULT Nº 07, 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a promoção por escolaridade adicional, de servidor de carreira do Grupo de Atividades de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo do Poder Executivo, nos termos da Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005, Decreto 44.769, de 07 de abril de 2008 e Lei 23.304, de 30 de maio de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 93, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder promoção por escolaridade adicional, na carreira do servidor constante no Anexo Único desta Resolução, nos termos do art. 20, da Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005 e Decreto 44.769, de 07 de abril de 2008, em decorrência do cumprimento da determinação judicial contida no Processo nº 5058310-62.2024.8.13.0024

NOME	MASP	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR À PROMOÇÃO	SITUAÇÃO POSTERIOR À PROMOÇÃO	DATA DA VIGÊNCIA
CAMILA AGUILAR DIAS DE MEDEIROS	1367709-1	C.E-ANGPD	NÍVEL II, GRAU A	NÍVEL III, GRAU A	01/01/2025

Art. 2º - Tomar sem efeito a progressão concedida à servidora no Anexo Único da Resolução SECULT nº 02, de 17 de janeiro de 2025, publicada em 18 de janeiro de 2025.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com data de vigência constante do Anexo Único.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.
Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo

12 2042766 - I

Fundação Clóvis Salgado - FCS

Presidente: Sérgio Rodrigo Reis

PORTARIA Nº 03, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

Altera a composição da Comissão Permanente para Instauração de processos administrativos.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e em observância ao Decreto Estadual nº 47.853/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Altera, no âmbito da Fundação Clóvis Salgado, a Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a comissão:

Presidente: Vicente de Paula Fernandes – Masp, 1035879-4

Membros:

- Carla Ribeiro, Masp 1035855-4
- Cláudia Zagnoli Torquetti Lima, Masp 1574232-3
- Marise Viana Maciel, Masp 1014233-9
- Paulo Ricardo Maffei de Araújo, Masp: 1470029-8

Membro Suplente:

- Elínéia Fróis Coelho, Masp 0452077-1

Art. 3º - A Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos - realizará os seus trabalhos seguindo os princípios constitucionais administrativos, a legislação pertinente e as fontes de Direito, sendo asseguradas as garantias constitucionais fundamentais de ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º - A Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos - utilizará as matérias que lhe forem submetidas pela Presidência da FCS, deverá atuar em conformidade com a lei e com o direito, observando o disposto no Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual.

Art. 5º - A Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos é responsável pela condução, apuração e instrução de procedimentos administrativos disciplinares, de processos administrativos punitivos e de tomadas de contas especiais.

Art. 6º - Ao Presidente da Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos cabe a Coordenação Geral dos trabalhos a serem desempenhados, alinhados às atividades de correção administrativa a serem desenvolvidas pela Unidade Seccional de Controle Interno da FCS.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - Compete aos servidores integrantes da Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos:

- I - instruir, com independência e imparcialidade, os procedimentos administrativos disciplinares, os processos administrativos punitivos e as tomadas de contas especiais referentes a servidores, todos instaurados no âmbito da FCS;
- II - formalizar, instruir e conduzir os processos previstos no inciso I deste artigo, observados os procedimentos e competências previstas nas legislações específicas;
- III - apreciar as matérias que lhe forem submetidas pela Presidência, Diretores e pela Unidade Seccional de Controle Interno da FCS quanto à necessidade de se instaurar procedimentos disciplinares, processos punitivos ou tomadas de contas especiais, requerendo, nesses casos, a publicação de portaria específica;
- IV - devolver os expedientes previstos no inciso III neste artigo, mediante relatório fundamentado, na hipótese de se concluir pela não instauração de algum processo disciplinar ou punitivo, podendo sugerir a implementação de outras medidas administrativas, se for o caso;
- V - indicar à Presidência da FCS, quando for o caso, servidor da FCS para especificamente atuar junto à Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos , em determinados processos administrativos, atentando para a peculiaridade, podendo em determinados casos instituir Comissões Especiais, coordenadas pela Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos ;
- VI - verificar quanto à existência de impedimento ou de suspeição por parte dos integrantes da Comissão;
- VII - agir com discção e guardar sigilo sobre documentos e assuntos que lhe sejam submetidos em razão do exercício, sob pena de responsabilidade administrativa;
- VIII - responder aos questionamentos dos órgãos de controle externo e da Unidade Seccional de Controle Interno referente aos processos em andamento na Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos
- IX - emitir certidões e prestar informações requisitadas das sindicâncias e/ou processos em trâmite na Comissão, na forma legal e para os fins de direito;
- X - dar suporte técnico às Comissões Especiais previstas no inciso V deste artigo, bem como acompanhar os prazos para realização das suas atividades, por meio da sua Coordenação Geral;

XI - realizar a guarda e o controle dos processos administrativos conduzidos por esta Comissão e pelas Comissões Especiais coordenadas pela Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos;

XII - manter sistema de pesquisa, informação e controle processual;

XIII - tomar depoimentos a termo, promovendo as apurações necessárias;

IX - coligir as provas necessárias à comprovação dos fatos e realizar diligências objetivando proporcionar elementos de convicção indispensáveis à atribuição de responsabilidade;

XV - emitir e apresentar relatórios fundamentados em conformidade com o previsto em legislação pertinente, bem como manifestações e demais documentos referentes à sua área de atuação;

XVI - acompanhar as recomendações repassadas por esta Comissão, após decisão da autoridade competente e as orientações repassadas pelos órgãos federais e ou estaduais de controle, visando assegurar o efetivo cumprimento dessas;

XVII - exercer outras atribuições correlatas e previstas na legislação vigente.

§ 1º - As atividades desenvolvidas pelos servidores integrantes da Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos serão realizadas prioritariamente, sendo recomendada a dedicação exclusiva, sem prejuízo de demais atribuições que viem a desenvolver ou em desenvolvimento.

§ 2º - A portaria específica prevista no inciso III deste artigo deverá conter o objeto, a finalidade e o prazo para a conclusão do respectivo trabalho.

Art. 8º - Compete à Comissão Permanente para Instauração de Processos Administrativos:

- I- distribuir as sindicâncias e os processos administrativos para instrução e acompanhar os prazos legais para o seu cumprimento;
- II- acompanhar os prazos legais em conjunto com as Comissões Especiais, quando instituídas de acordo com o inciso V do artigo 7º, desta Portaria;
- III - comunicar à Gerência de Planejamento e Gestão e à Unidade Administrativa e ou ao Departamento de lotação do servidor/colaborador a existência de abertura de procedimento administrativo disciplinar para as providências cabíveis, quando pertinente;
- IV- acompanhar o funcionamento dos trabalhos realizados pelas Comissões Especiais, quando instituídas de acordo com o inciso V do artigo 7º, desta Portaria.

Parágrafo único: Os trabalhos serão conduzidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Instauração de Processos Administrativos, que poderá delegar a realização de diligências e serviços auxiliares que se afigurem necessários ao bom andamento da instrução aos demais integrantes da Comissão, por despacho nos autos ou ato normativo próprio.

Art. 9 - Os processos poderão ser conduzidos isoladamente ou em conjunto, nos termos da legislação vigente.

Art. 10 - Esta Comissão deverá enviar, bimestralmente, à Unidade Seccional de Controle Interno da FCS, informações acerca dos processos administrativos em andamento ou concluídos sob a coordenação e/ou condução da Comissão Permanente de Instauração de Processos Administrativos, em conformidade com o disposto no art. 1º, inciso III, da Instrução de Serviço SCA/CGE N.01/2018 e a outras normas que vierem a suceder à referida Instrução.

Art. 11 - Os autos dos processos previstos nesta Portaria serão sigilosos até a publicação do seu resultado definitivo, mantendo a sua reserva quanto aos dados referentes à honra e à imagem das pessoas envolvidas e, ao final, arquivados junto à Comissão Permanente de Instauração de Processos Administrativos, nos termos do Decreto Estadual n. 45.969/2012, especialmente nos seus artigos 4º, §3º, 5º e 58 e de acordo com a Resolução CGE N. 15/2015.

Art. 12 - As atribuições previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas pela Presidente da FCS ou mediante solicitação da Comissão Permanente de Instauração de Processos Administrativos, visando ao aperfeiçoamento dos trabalhos da presente Comissão.

Art. 13. Esta Minuta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sérgio Rodrigo Reis
Presidente da Fundação Clóvis Salgado

12 2043066 - I

Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop

Presidente: Wlirley Rodrigues Reis

O(A) Presidente do(a) Fundação de Arte de Ouro Preto, no uso de suas atribuições, dispõe: RENARD DE JESUS TAVARELA LANA, MASP 1.444.489-7, da função gratificada FGL-7 AO1100316.

12 2042865 - I

PORTARIA 04/2025

O Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP/MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.922, de 23 de abril de 2020, RESOLVE:

Art.1º Conceder promoção, pela regra geral prevista no art. 19 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005, mediante o cumprimento dos requisitos necessários, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de Pessoal da FAOP, nos termos do Anexo I desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo efeito a partir da data apontada no Anexo I.

ANEXO I							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR A PROMOÇÃO		SITUAÇÃO ATUAL A PROMOÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1.435.939-2	Andreia Pereira de Miranda	PAR	I	D	II	A	15/01/2025
1.436.023-4	Nayara Casazza de Sales	GCULT	I	D	II	A	23/01/2025
1.434.644-9	Paulo César Teixeira Inácio da Silva	TCULT	I	D	II	A	30/11/2024

Wlirley Rodrigues Reis
Presidente FAOP/MG
Ouro Preto 12 de fevereiro de 2025

12 2042991 - I

PORTARIA 03/2025

O Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP/MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.922, de 23 de abril de 2020, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão na carreira para os servidores ocupante de cargo de provimento efetivo, constante no anexo I desta Portaria, considerando o disposto no artigo 57 da Lei nº 15.788/2005 e artigo 18 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ANEXO I							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR A PROMOÇÃO		PROGRESSÃO ATUAL		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1.379.371-6	Ana Beatriz Araújo Silva	GCULT	II	A	II	B	11/01/2025
1.379.417-7	Ana Paula Mendes	TCUT	II	A	II	B	01/01/2025
1.379.450-8	Daniel Prato da Silva	GCULT	II	A	II	B	01/01/2025
612.579-3	Eliângela Martins Figueiredo	PAR	IV	A	IV	B	01/01/2025
1.229.265-2	Filomena Geraldo Neto	TCULT	II	A	II	B	01/01/2025
1.379.532-3	Lara Brandão Alves	TCULT	II	A	II	B	04/01/2025
1.379.529-9	Roberta Aparecida da Silva	TCULT	II	A	II	B	01/01/2025
1.018.090-9	Silvio Luiz Rocha Vianna de Oliveira	GCULT	III	G	III	H	01/01/2025

Wlirley Rodrigues Reis
Presidente FAOP/MG
Ouro Preto 12 de fevereiro de 2025

12 2042990 - I

PORTARIA 05/2025

O Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.922 de 23/04/2020, CONCEDE: 03 (três) meses de FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do artigo 31, da CE/1989, aos servidores abaixo relacionados, tendo em vista as considerações da Orientação de Serviço SEPLAG/SUGESP nº 01/2023:

Nome	MASP	QuinquênioRef	Vigência
Ana Beatriz Araújo Silva	1.379.371-6	2º	01/01/2025
Ana Fátima Aparecida de Carvalho	1.229.499-7	2º	01/01/2025
Ana Paula Mendes	1.379.417-7	2º	01/01/2025
Anderson Antônio de Araújo	1.107.768-2	2º	01/01/2025
Daniel Prato da Silva	1.379.450-8	2º	01/01/2025
Ednara Marilise de Moraes	1.383.436-1	2º	01/01/2025
Filomena Geraldo Neta	1.229.265-2	2º	01/01/2025
Gabriela Lopes de Moura Rangel	1.018.274-9	2º	04/01/2025
José Ricardo Carvalho de Macedo	1.383.766-3	2º	01/01/2025
Lara Brandão Alves	1.379.532-3	2º	04/01/2025
Lúcia Ferreira Brandão	1.383.453-6	2º	01/01/2025
Marcos Aurélio Ferreira Aniceto	1.383.496-5	2º	01/01/2025
Rachel da Silva Falcão Costa	1.002.575-7	2º	01/01/2025
Roberta Aparecida da Silva	1.379.529-9	2º	01/01/2025

Wlirley Rodrigues Reis
Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto
Ouro Preto 12 de fevereiro 2025

12 2043043 - I

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

Expediente

Retificação do Anexo 02 da Resolução SEDE nº 07, de 24 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 25 de janeiro de 2025.

ANEXO 2 - RETIFICADO			
Margens e cascatas referentes a 30 dias.			
Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes.			
Industrial (IND-01)	Margem		
	Fixo	Varíavel	Catavo
		0,4365	0,4802
		2,1152	2,3090
		1,6787	1,8289
		0,4637	0,5025
		0,3659	0,3957
		0,3828	0,4142
		0,3587	0,3880
		0,3508	0,3791
		0,2896	0,3125
		0,2060	0,2210
		0,1576	0,1682

Cogeração e Climatização (COG-01/CL1-01)					
		CLIENTE LIVRE		CLIENTE CATIVO	
		Fixo	Variável	Fixo	Variável
1	5.000	182.1518	0,6880	182.1518	0,7562
5.001	10.000	399.5358	0,6450	399.5358	0,7089
10.001	150.000	834.3039	0,6020	834.3039	0,6617
150.001	300.000	4.095.0647	0,5804	4.095.0647	0,6379
300.001	1.000.000	10.616.5861	0,5591	10.616.5861	0,6143
1.000.001	999.999.999	32.354.9909	0,5376	32.354.9909	0,5908

Gás Natural Veicular (GNV)	
Margem - CLIENTE LIVRE	0,5447
Margem - CLIENTE CATIVO	0,5985

Gás Natural Comprimido ou Gás Natural Liquefeito (GNC-01/GNL-01)	
Margem - CLIENTE LIVRE	0,1650
Margem - CLIENTE CATIVO	0,1814

Geração Térmica (GT-01)	
Margem - CLIENTE LIVRE	0,1378
Margem - CLIENTE CATIVO	0,1514



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320250213015350018.

MINAS GERAIS

Comercial e Industrial de Menor Consumo (C1-01)		Margem			
		CLIENTE LIVRE		CLIENTE CATIVO	
		Fixo	Variável	Fixo	Variável
0	50	89.4265	3.4334	89.4265	3.9486
51	150	91.9684	3.3883	91.9684	3.8966
151	300	130.0965	3.1623	130.0965	3.6267
301	600	275.8800	2.7416	275.8800	3.1527
601	1.000	305.6561	2.6959	305.6561	3.1003
1.001	2.000	939.2126	2.1437	939.2126	2.4653
2.001	5.000	1.270.0969	1.1502	1.270.0969	1.3227
5.001	15.000	1.757.6541	1.0653	1.757.6541	1.2250
15.001	25.000	2.943.0046	0.9966	2.943.0046	1.1462
25.001	999.999.999	6.941.1921	0.8575	6.941.1921	0.9862

Residencial Individual (RIND-01)		Margem			
		CLIENTE LIVRE		CLIENTE CATIVO	
		Fixo	Variável	Fixo	Variável
0	1	26.6102	-	26.6102	-
1	7	15.6291	4.6540	15.6291	5.3521
7	16	24.5994	3.8585	24.5994	4.4372
16	41	27.9029	3.7197	27.9029	4.2778
41	200	42.9287	3.3611	42.9287	3.8653
200	99.999.999	83.9512	3.1828	83.9512	3.6603

Residencial Coletivo (RCOL-01)		Margem			
		CLIENTE LIVRE		CLIENTE CATIVO	
		Fixo	Variável	Fixo	Variável
0	150	143.7985	3.8412	143.7985	4.4176
151	700	264.4877	3.1446	264.4877	3.6164
701	2.000	393.4411	2.9854	393.4411	3.4331
2.001	9.999.999	1.698.7887	2.4177	1.698.7887	2.7805

12 2042924 - 1

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO/ CGE/CSET SEDE/NUCAD Nº 01 DE 2025
Processo Administrativo Disciplinar Processado(s): L.F.L.S, Masp 1.XXX.992-4. Comissão Processante: Presidente: Marileia Carneiro Elian Costa, Masp 913.292-9 Membros: Andréia Leticia Rodrigues, Masp 350.541-9 e Leandro Duarte Ottoni Torquetti, Masp 621.388-8
Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Sede/MG, Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2024.
Thiago Alves Machado
Auditor Interno
Controlador Setorial/Sede

12 2042555 - 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg

Presidente: Patricia Vinte Di Íório

PORTARIA Nº 019/2025.

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da Presidente da Jucemg Nº RD 002/2023, resolve: Art. 1º - CONCEDER PROMOÇÃO NA CARREIRA, nos termos do art. 17, da Lei nº 15.468 de 13/01/2005, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo constantes no quadro abaixo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas de vigências informadas no referido quadro.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.

Marinely de Paula Bomfim.

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome	Masp	Carreira	Situação Atual		Nova Situação		Vigência
			Nível	Grau	Nível	Grau	
Anna Paula Russo Mourão	1292831-3	TGRE	II	C	III	A	07/02/2025
Cynthia Carolina Diniz Miranda	1143901-5	TGRE	II	C	III	A	18/01/2025
Erika Lino Vieira	1207869-7	TGRE	II	C	III	A	27/01/2025
Fabiane Baeta Simões Rocha	1292828-9	TGRE	II	C	III	A	29/01/2025
Glaucia Azevedo Ottoni	1293986-4	ANGRE	II	C	III	A	07/02/2025
Marina de Matos Gomes	1297585-0	TGRE	II	C	III	A	07/02/2025

12 2042976 - 1

PORTARIA Nº 020/2025.

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da Presidente da Jucemg Nº RD 002/2023, resolve: Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO NA CARREIRA, nos termos do art. 17, da Lei nº 15.468 de 13/01/2005, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo constantes no quadro abaixo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas de vigências informadas no referido quadro.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.

Marinely de Paula Bomfim.

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome	Masp	Carreira	Situação Atual		Nova Situação		Vigência
			Nível	Grau	Nível	Grau	
Meire Lane Resende de Oliveira	1319371-9	TGRE	II	B	II	C	12/02/2025
Sergio Henrique Severo de Oliveira	1314982-8	TGRE	II	B	II	C	11/02/2025
Viviane Maria Rezende Lara Favarini	1124348-2	ANGRE	III	C	III	D	02/02/2025

12 2042844 - 1

PORTARIA Nº017/2025.

Concede matrícula de Tradutor e Interpretador Público pelo critério de proficiência, a que se refere o art. 19 da IN DREI 52/2022. A Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 c/c o parágrafo único do artigo 21 da Instrução Normativa nº. 52, expedida pela Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, em 29 de julho de 2022, e publicada no Diário Oficial da União, em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1º - Conceder matrícula ao senhor LUIZ FELIPE SANTOS BATISTA para exercer, nos termos da legislação específica, o ofício de Tradutor e Interpretador Público, habilitado por exame de proficiência para o idioma espanhol. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2025.

Patricia Vinte Di Íório.
Presidente.

12 2042478 - 1

PORTARIA Nº 018/2025.

Concede matrícula de Tradutor e Interpretador Público pelo critério de proficiência, a que se refere o art. 19 da IN DREI 52/2022. A Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 c/c o parágrafo único do artigo 21 da Instrução Normativa nº. 52, expedida pela Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, em 29 de julho de 2022, e publicada no Diário Oficial da União, em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1º - Conceder matrícula à senhora MILENE ROCHA VIEIRA para exercer, nos termos da legislação específica, o ofício de Tradutor e Interpretador Público, habilitada por exame de proficiência para o idioma inglês. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2025.

Patricia Vinte Di Íório.
Presidente.

12 2042476 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Masp 929556-9, Alessandra Nício de Souza e Silva, Auxiliar de Serviços Operacionais -III J, referente ao 7º quinquênio, a partir de 07/02/2025.
A Secretária de Estado de Desenvolvimento Social/Diretoria de Recursos Humanos concede abono de permanência ao servidor Josivaldo Santos Ribeiro, MASP 385647-3e admissão 14.07.1993, a contar de 05/02/2025, nos termos do artigo 36, § 2º da CE, 1989, redação dada pela EC nº 104, de 2020 e artigo 151 do ADCT da CE/99, combinado com Art. 147 do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional Estadual nº 104, de 2020.
Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.
Anna Cristina Rodrigues Avila Costa
Diretora de Recursos Humanos

ATOS DO SUBSECRETÁRIO

A Subsecretaria de Planejamento e Gestão, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução SEDESE nº 89/2024:
CONCEDE LICENÇA A GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora ELIANE APARECIDA LEOA, Masp 1379324-5, admissão 01, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 19/01/2025.

Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea "b" do art. 231 da Lei nº 869/1952, entre 25/01/2025 e 01/02/2025, ao(a) servidor(a) CASSIA DA CONCEIÇÃO JUSCELINO, Masp 1611569-3, admissão 01, a partir de 25/01/2025.
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, aos servidores: DJANIR TREZZA FILHO, Masp: 380734-4, por 4 meses, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 11/02/2025.
Masp 929277-2 NISIA SILVA SANTOS, concede 01 meses de férias prêmio a partir de 01/10/2025.
CLEIDE, NANCY DE OLIVEIRA NUNES TOLENTINO, Masp: 1000071-9, por 15 dias referente ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 17/11/2025

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025.

Jafer Alves Labour
Subsecretário de Planejamento e Gestão

12 2042863 - 1

PORTARIA SEDESE Nº 04/2025

Recondução de Comissão Processante
A Controladora Setorial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso das competências delegadas de que tratam o Art. 3º inciso III da RESOLUÇÃO/SEDESE nº 89, de 01 de novembro de 2024, RESOLVE:
Art. 1º. Reconduzir os membros da Comissão designada para a apuração dos fatos no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SEDESE nº 05/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, em 27/04/2024, sob a presidência da servidora Laurete Flor da Silva Brandão, Masp nº 367.136-9;
Art. 2º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, a contar da publicação da presente Portaria;
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2025.

Rejane Márcia de Carvalho
Controladora Setorial

12 2042872 - 1

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene

Diretor-Geral: Carlos Alexandre Gonçalves da Silva

PORTARIA IDENE Nº 09 DE 11 FEVEREIRO DE 2025.

Concede progressão na carreira do servidor efetivo lotados no Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE. A Diretora de Planejamento Gestão e Finanças do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, conforme delegação de competência contida no Art. 1º da Portaria IDENE Nº 01 de 12 de janeiro de 2022, atendendo ao disposto nas Leis nº 869, de 1952 e 15.468 de 13 de janeiro de 2005, DETERMINA:
Art. 1º Conceder progressão na carreira do servidor, Sergio Martins de Souza, brasileiro, portador do MASP: 1.292.942-4, lotado no Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, por atender aos requisitos do art. 35 da Constituição Estadual de 1989, art. 23 da Lei nº 869, de 1952, do art. 2º e do art. 4º do Decreto nº. 44.682, de 19 de dezembro de 2007, com redação dada pelo art. 2º do Decreto nº 44.981, de 12 de dezembro de 2008, relacionados ao anexo único desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da vigência apontada no anexo I.

ANEXO I

(A que se refere ao art. 1º da Portaria nº 09 de 11 fevereiro de 2025)

PROGRESSÃO NAS CARREIRAS DO - IDENE

MASP	SERVIDOR	Admissão	Carreira	Nível Atual	Grau Atual	Novo Grau	Vigência
1.296.942-4	Sergio Martins de Souza	I	ADES	II	B	C	15.12.2024

Belo Horizonte, de 11 fevereiro de 2025.

Ludmila Scorsolini Peres

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Conforme art. 1º da Portaria nº 01 de 12 janeiro 2022

Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE

12 2042474 - 1

A Diretora de Planejamento Gestão e Finanças do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem, o Art. 1º da Portaria IDENE Nº 01, de 12 de janeiro de 2022, atendendo ao disposto nas Leis nº 869, de 1952 e 15.468 de 13 de janeiro de 2005, no uso das atribuições, torna sem efeito ato publicado "MG" em 07/01/2025 pelo qual foi concedida promoção na carreira pela regra geral ao servidor, SERGIO MARTINS DE SOUZA, Masp: 1296942-4.

Ludmila Scorsolini Peres

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE

(Conforme art. 1º da Portaria nº 01 de 12 janeiro 2022)

12 2042470 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

Expediente

RESOLUÇÃO Nº 5880, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

Concede progressão aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo, e da carreira de Técnico Fazendário de Administração e Finanças.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 93, § 1º, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando o disposto na Lei Estadual nº 15.464, de 13 de janeiro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida progressão aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras de Auditor Fiscal da Receita Estadual, de Gestor Fazendário, do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo, e de Técnico Fazendário de Administração e Finanças, nos termos do art. 15 da Lei Estadual nº 15.464, de 13 de janeiro de 2005, na forma do Anexo Único desta Resolução.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria de Estado de Fazenda, em Belo Horizonte, aos 12 de fevereiro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES

Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 1º da Resolução Nº 5880 de 12 de fevereiro de 2025)

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	A PARTIR
0297872-4	EDSON TADEU AMARAL DOS REIS	AFRE	II	H	II I 01/01/2025
0326675-6	MARCELO NARDELLI CAMBRAIA	AFRE	II	G	II H 01/01/2025
0350005-5	TERESA CRISTINA DA FONSECA	AFRE	II	H	II I 01/01/2025
0361475-7	OTILIA DA ROCHA NASCIMENTO PACE	AFRE	II	G	II H 01/01/2025
0457150-1	JOSE AUGUSTO AVILA ERMIDA	AFRE	II	G	II H 01/01/2025



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320250213015350019.